

O CDES E A CRISE: O DIÁLOGO SOCIAL COMO ESTRATÉGIA DE COMBATE À CRISE ECONÔMICA DE 2008

Willyan Alvarez Viégas *
Cristiano Fonseca Monteiro **

RESUMO

Este artigo aborda as estratégias de desenvolvimento formadas com base no diálogo social que surgiram no contexto de superação das políticas neoliberais no Brasil na primeira década do século XXI. Com base na análise de documentos do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social relativos aos anos de 2008 e 2009, demonstra-se que medidas relevantes para o enfrentamento da crise econômica mundial iniciada naquele período tiveram no conselho um espaço privilegiado de elaboração e difusão. Neste sentido, conclui-se que arranjos de diálogo social tais como o CDES são relevantes para a construção de estratégias nacionais de enfrentamento aos desafios do capitalismo globalizado.

Palavras-chave: CDES; Diálogo Social; Crise Econômica.

The CDES and the Crisis: Social Dialogue as a Strategy to solve the 2008's Economic Crisis

ABSTRACT

The paper discusses development strategies based on social dialogue, which emerged in the context of post-neoliberalism in Brazil in the first decade of the 21st century. Based on the analysis of documents by the Council of Economic and Social Development between the years of 2008 and 2009, it demonstrates that this arrangement was responsible for the discussion and diffusion of important measures which contributed to overcome the worldwide financial crisis of the period. In this sense, the conclusion is that social dialogue arrangements such as CDES are relevant for the construction of national strategies to face the challenges of globalized capitalism.

Keywords: CDES; Social Dialogue; Economic Crisis.

INTRODUÇÃO ¹

Este artigo aborda as estratégias de desenvolvimento formadas com base no diálogo social que surgiram no contexto de superação das políticas neoliberais e ganharam força na primeira década do século XXI. Tais arranjos revelam-se como novas configurações de concertação política entre Estado, associações empresariais e laborais. Possuem referência nos arranjos corporativos do Estado de bem-estar social europeu da segunda metade do século XX, entretanto, desenvolvem-se em um cenário distinto de reconfiguração das identidades que permitem novas formas de associação para além

das agremiações de trabalhadores e empresários, e ressurgem principalmente em países em desenvolvimento que buscam estratégias alternativas de desenvolvimento em suas trajetórias.

Dentre as novas organizações voltadas ao desenvolvimentismo, aparecem como forma de articulação entre o público e o privado, conselhos que se propõem a abrir o diálogo entre os diversos atores e mediar o conflito entre os mesmos na construção de políticas públicas. Tais conselhos cumprem o duplo papel de abrir o Estado e o governo à influência dos atores sociais como permitem ao mesmo aumentar a sua capacidade de governança dos processos de

* Mestrando do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas Estratégicas e Desenvolvimento do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Email: waviegas@gmail.com

** Professor do Departamento Multidisciplinar do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Fluminense e do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas Estratégicas e Desenvolvimento do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Email: fonsecamonteiro@yahoo.com.br

desenvolvimento. Estas estratégias de concertação revelam-se historicamente vantajosas para seus distintos participantes, não caracterizando um jogo de soma zero limitado às contradições capital-trabalho (GOMES, GAITÁN, 2012).

Os novos pactos sociais tem se dado sob a forma de acordos de diálogo social de teor tripartite. Arranjos institucionais como Conselhos nacionais de desenvolvimento que objetivam contribuir no processo de construção de políticas públicas de nível macro, e influenciar o comportamento dos atores participantes, de acordo com a estratégia que surge da interação entre Estado, empresários e trabalhadores.

A análise das novas estratégias de concertação a partir dos pactos de diálogo social estrutura-se sobre o campo teórico que recupera o Estado como ator fundamental dos processos de desenvolvimento. Essa perspectiva teórica nos oferece os elementos básicos para compreendermos a reconfiguração da relação Estado-sociedade em diversos países nesse início de século. O Estado busca reassumir o papel fundamental de promotor da interação entre os atores sociais, articulando as negociações buscando uma maior governança dos processos. Esse papel ativo, sob a perspectiva de análise sobre as novas instituições desenvolvimentistas, confirma a tendência apresentada pelo conjunto desse campo teórico de que o Estado é o ator crítico da indução do processo de desenvolvimento (Cf. CHANG, 2004; EVANS, 2004, 2008; WEISS, 2011).

Sobre a recuperação das funções do Estado, Renato Boschi expõe que:

O 'resgate' do Estado nesta chave consiste precisamente na reestruturação do seu papel na economia. De fato, a reconsideração do Estado no atual contexto, longe de significar o retorno ao passado, diz respeito à recuperação de suas funções enquanto agente de um projeto democrata de participação e inclusão social. Em contraste com a ideia de que o neoliberalismo representou uma 'deserção' do Estado do seu papel social, as experiências na América Latina mostram que houve uma dimensão muito mais profunda de perda de suas capacidades do que apenas o fato de o Estado ter se desligado da função de inclusão social e de regulação das esferas econômicas. (BOSCHI, 2011, p.12)

Nessa abordagem teórica que recoloca o Estado como ator fundamental na promoção do desenvolvimento tem destaque o trabalho de Peter Evans (2004), o qual destaca a postura autônoma do Estado frente aos diversos interesses para que possa proteger o interesse público e o papel de parceria com os atores privados, possibilitando a promoção do desenvolvimento. Isto se torna possível com a

existência de uma burocracia weberiana, altamente qualificada e bem remunerada, ao mesmo tempo em que é conectada por mecanismos formais e informais à elite empresarial. Este tipo de interação entre atores estatais e privados permitiu, por exemplo, que a Coréia do Sul realizasse um salto em termos de desenvolvimento industrial que colocou suas empresas entre os principais competidores globais em setores de tecnologia da informação.²

É nessa perspectiva de estabelecimento de parcerias de forma autônoma que surgem os Conselhos de Desenvolvimento Econômico e Social em diversos países, como o CDES no caso brasileiro. Cabe refletir sobre o grau de autonomia que os agentes públicos mantêm no interior do Conselho e se não há captura do poder público pelos interesses privados, mesmo havendo uma maioria na representação empresarial na composição do Conselho brasileiro. (RIBEIRO, 2010)

A governança do processo de desenvolvimento só é possível quando esse Estado assume a postura de parceiro dos diferentes atores sociais, abrindo os canais de negociação e se colocando em posição horizontal em tal dinâmica, resguardando a posição de autoridade pública. Os novos pactos sociais nos países em desenvolvimento apresentam-se como catalizadores dos processos de consolidação da democracia. Diferentemente de outros momentos nos quais a relação do Estado com a sociedade era realizada de forma vertical e autoritária, essas experiências sinalizam uma nova dinâmica de mão-dupla na qual o Estado absorve as influências e demandas da sociedade sem abrir mão da governança dos processos. De forma distinta do desenvolvimentismo brasileiro que caracterizou a economia nacional até o início da década de oitenta, nesse novo período o Estado não se coloca com tanta ênfase na produção. Assume um papel mais regulador, indutor e coordenador da ação dos entes privados. Essa nova forma de inserção implica na construção de novas estratégias dentre as quais os arranjos de diálogo social estão localizados.

Tais estratégias de concertação tem se destacado na América Latina e em outros países em desenvolvimento como África do Sul e Índia. Sobre as experiências latino-americanas Gomes e Gaitán (2012) traçam um panorama das diferentes configurações que os novos pactos vêm assumindo no continente, revelando alguns aspectos comuns às diversas trajetórias nacionais latino-americanas. Um desses aspectos que mais se pronuncia é o fato de tais estratégias se darem em contexto de transição

e reconstrução da democracia. Em processos de redemocratização é essencial que os diferentes atores sociais se reconheçam e se legitimem mutuamente. Essa é a ideologia básica que contribuiu para o surgimento do estado de bem estar social nos países centrais onde a formação de consensos se tornou condição para o desenvolvimento da democracia e da economia nacionais.

O neocorporativismo expressa que o consenso é apresentado como eixo do processo de formulação de políticas públicas, em uma dinâmica na qual a negociação é fundamental. Necessita uma alta participação dos denominados 'grupos de interesse': empresários e trabalhadores, principalmente. A forma de participação se delimita a representação monopólica ao nível de cúpula, o que implica alta organização e ausência, ou baixos níveis, de fragmentação na representação gremial. Os atores participantes expressam um compromisso tácito, ou manifesto a aceitar as decisões e renunciar a tomada de posições autônomas, desligadas do consenso. O Estado, nesse jogo de disputa e negociação de interesses, é assumido como o grande articulador. (GOMES, GAITÁN, 2012, p. 6).

O ressurgimento dos processos de diálogo neocorporativos ocorre em dois momentos na América Latina. O primeiro no princípio da redemocratização em diversos países se dá dentro da hegemonia política e ideológica neoliberal reconfigurando a articulação entre Estado e mercado. Entretanto, com o início do século XX e o fracasso das políticas neoliberais que geraram fortes impactos negativos econômicos e sociais, ascenderam ao poder coalizões de centro-esquerda opostas a tal ordem. Esse fato possibilitou o surgimento de novas formas estratégicas de concertação buscando conciliar crescimento, inclusão e estabilidade macroeconômica. (idem, p.13)

Nesse novo momento, destacam-se algumas experiências como no Chile, México, Peru e Brasil. A estratégia de concertação brasileira tomou maior relevância e se estruturou entorno da criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES. Sua criação se deu no princípio do primeiro governo Lula em 2003 e seu papel mais ativo esteve diretamente ligado ao período de governo deste presidente:

Como destaca Ribeiro (2009) o CDES atravessou pelo menos duas fases coincidentes com os dois mandatos do presidente Lula: um momento de 'criação e estruturação' do Conselho e um segundo de fortalecimento institucional. De todo modo, cabe recordar que a ideia de criação de um conselho consultivo para a formulação e implementação de políticas públicas formou parte da campanha presidencial do Partido dos Trabalhadores apresentado como forma de articular as dimensões econômica e social do processo de desenvolvimento. A segunda fase teria continuidade para além da

gestão Lula, assumindo expressão concreta em diversos planos de governo como o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). (GOMES, GAITÁN, 2012, p. 14).

Com a chegada da Crise global em 2008 a recuperação das funções do Estado assume um peso maior na agenda política internacional. A partir da eclosão da crise, o Estado é chamado a intervir de forma incisiva e emergencial para evitar o colapso do sistema financeiro nos principais centros da economia mundial. Tal crise expôs as fragilidades da receita neoliberal que teve seu apogeu nas duas décadas anteriores e revelou nesse momento as maiores conseqüências do longo período de desregulação do mercado financeiro.

Com base nas perspectivas apresentadas acima, esse artigo busca analisar de que forma o CDES contribuiu para a construção da estratégia brasileira de combate à crise de 2008 a partir das atividades que o Conselho realizou em torno desse tema, principalmente através do seu Grupo de Acompanhamento da Crise. Na primeira parte do artigo é observado o período antecedente aos choques ocorridos em Setembro de 2008. Na segunda seção são analisadas as atividades do Conselho durante o clímax da crise a partir da quebra do Banco Lehman Brothers nos EUA. Na terceira são descritos os eventos do primeiro semestre de 2009 e, por último, é analisado o período inicial de recuperação da economia brasileira e a desarticulação dos mecanismos de diálogo acerca da crise.

ANTECEDENTES DA CRISE

Na transição entre os anos de 2007 e 2008, governos e pesquisadores ao redor do mundo já dispensavam grande atenção sobre os eventos da economia norte-americana. Um quadro de crise identificado como crise do "subprime" no mercado imobiliário dos Estados Unidos já se anunciava e conseqüentemente exigia a devida preparação para o enfrentamento do cenário crítico que viria a seguir. O CDES foi um dos espaços institucionais brasileiros que colocou em debate a crise já no início de 2008, produzindo recomendações à presidência muito antes do colapso do sistema financeiro em outubro do mesmo ano. Esse é um importante fator que evidencia o papel fundamental do Conselho nesse período.

Esta pesquisa destaca que nesse momento o Conselho, reunindo representantes dos mais importantes setores empresariais brasileiros, intelectuais, agentes públicos e representantes de organizações laborais, cumpriu inicialmente a função de troca de informações entre esses atores tornando-

os conscientes sobre a gravidade dos eventos futuros e também produziu orientações ao governo sobre as ações a serem realizadas. Esse poder de previsão e compartilhamento das informações foi um dos fatores condicionantes para que o Brasil conseguisse ter bom desempenho no período inicial da crise.

Diagnosticado o problema, foi uma questão de tempo para o colapso ocorrer e os efeitos logo atingirem a economia brasileira. Diferentemente de outros países, a economia brasileira resistiu bem aos choques externos no primeiro momento sofrendo danos menos graves. Esse bom desempenho foi consequência da estratégia de sustentação do crédito pelo governo e queda dos juros para que as taxas de investimento não caíssem ainda mais, além da desoneração tributária, aumento dos gastos públicos, contenção da depreciação do Real, entre outras ações. (BARBOSA; SOUZA, 2011).

A política anticíclica do governo brasileiro aparece como forte condicionante da rápida recuperação do crescimento após o segundo trimestre de 2009. Tal estímulo é promovido com medidas geradas a partir do diálogo entre os atores, tornando seu comportamento mais previsível pelos demais e restabelecendo a confiança necessária ao desenvolvimento econômico.

É nesse íterim que o Conselho aparece como um dos espaços de diálogo e construção da estratégia para enfrentamento da crise. Nele, representantes de diversos ministérios, assim como Banco Central e BNDES puderam ter contato constante com o empresariado e não apenas ter consciência de seu comportamento diante da crise, como condicionar uma melhor reação. Já os representantes empresariais e sindicalistas puderam exercer influência sobre a agenda do governo negociando medidas que pudessem beneficiar especificamente seus setores e o conjunto da produção nacional.

A estratégia de concertação do Governo Brasileiro na última década pode ser melhor analisada tendo como foco de observação o momento da crise e o papel desenvolvido pelo conselho como fórum de diálogo e construção política entre os diversos atores que o constituem. Ribeiro (2009) coloca a intensificação das atividades do CDES no momento seguinte à eclosão da Crise:

É possível notar, assim, um forte indício de adensamento das atividades do Conselho, respaldado por um amadurecimento da relação com a SEDES e um aprimoramento da metodologia de funcionamento. Durante o ano de 2009, as atividades do CDES se intensificaram. O site sofreu inúmeras reformulações

e acréscimos de informações, passando a compilar não somente algum de seus produtos, mas também informações básicas sobre os conselheiros e o marco legal. Outro indício da intensificação das atividades foi a realização de três reuniões extraordinárias em menos de seis meses – até então, em mais de cinco anos de existência, somente uma reunião extraordinária do pleno havia sido convocada. Finalmente, cabe destacar o papel do CDES como centro de debate sobre o acompanhamento da crise, com a sua 29ª reunião do pleno transformando-se em um grande seminário para discutir o tema e a criação de um GT especial para isso. (RIBEIRO, 2009, p.21)

O Conselho realizou nos anos de 2008 e 2009 diversas atividades tendo a crise como foco e montou um grupo de acompanhamento específico para o monitoramento da crise internacional. Dentre diversos documentos produzidos por membros e equipes do Conselho, seis documentos com orientações diretas ao governo foram resultado dos diálogos realizados nesses encontros. Buscamos aqui identificar em que medida essas orientações surtiram efeito sobre a presidência, os ministérios e demais atores governamentais, assim como sobre o empresariado diante das ações do governo e através da própria participação no Conselho. A análise das atividades que objetivaram formular estratégias de combate aos efeitos da crise é o eixo fundamental deste artigo.

Em 13 de Março de 2008 o CDES realizou na sede do BNDES no Rio de Janeiro o Colóquio “Perspectivas de Crescimento da Economia Brasileira e a Crise Internacional” buscando chamar a atenção dos conselheiros para o quadro grave que se anunciava na economia internacional. Frente à chamada Crise do *subprime* nos Estados Unidos provocada pela forte desregulação do mercado financeiro durante um longo período, o Conselho objetivou, através desse colóquio, antecipar-se aos eventos futuros trazendo a discussão à agenda pública.

O objetivo central dessa atividade foi estimular o debate para encontrar soluções que proporcionassem o não contágio da economia brasileira pela onda recessiva que se anunciava a partir dos EUA e já mostrava sinais de contaminação de diversas economias pelo mundo. Como o grau de integração da economia brasileira com a norte-americana é muito alto, essa possibilidade se mostrava provável à primeira vista.

Alguns elementos, como os acima citados, são destacados no diagnóstico da situação exposta no parecer do colóquio realizado em Março de 2008. Chama atenção a mudança de postura do FMI identificada pelos conselheiros ao recomendar a

adoção de políticas anticíclicas que pudessem gerar uma reação das economias nacionais à tendência recessiva. (CDES, 2008a, p.1-2)

Ao realizar o diagnóstico do ambiente interno, os conselheiros expõem um tom otimista quanto à capacidade reativa da economia brasileira. Diferentemente de períodos de crise anteriores, neste o Brasil vivia um período de crescimento mais forte, alta de reservas internacionais, boa atração de investimentos externos, sucessivos superávits no balanço de pagamentos e baixa inflação. A questão central foi como elaborar estratégias para o governo nos meses seguintes para que a crise internacional não interrompesse a trajetória de crescimento que o Brasil registrava. A redução nos juros juntamente a desoneração de alguns setores são apontados como estratégias imediatas desde o princípio dos debates para o combate aos efeitos da crise. (CDES, 2008a, p.1-2)

Recomendações:

- Inúmeros analistas sugerem, como forma de combater a desaceleração das economias afetadas, a adoção de incentivos às exportações, ampliação de crédito, desonerações de impostos que incidem sobre o setor produtivo ou uma combinação de algumas dessas políticas. A reforma tributária proposta pelo governo brasileiro vem ao encontro de parte dessas sugestões, mas há espaço fiscal para propostas mais ousadas de desonerações que incentivem o emprego e o investimento.
- Há um reconhecimento de que os sistemas financeiros foram regulados de forma inadequada. Os mercados, quando deixados à própria sorte, produzem instabilidades que podem desencadear crises sistêmicas. É preciso buscar formas de regulação e regulamentação mais adequadas dos mercados financeiros.
- No caso do Brasil há que se impedir que a deterioração da balança comercial, em especial, e do resultado do balanço de pagamentos recoloquem a economia brasileira na trajetória da vulnerabilidade externa.
- Qualquer estratégia a ser adotada implica agir com cautela, procurar consolidar as bases já construídas e manter as opções abertas para reagir a novas situações.
- Afigura-se importante intensificar as relações econômicas com nossos parceiros tradicionais. Apesar das dificuldades conhecidas, o MERCOSUL e a América do Sul continuam sendo prioridade. E os outros Brics também. (CDES, 2008a, p. 2)

A crise internacional nesse período já se anunciava aos conselheiros como consequência clara da forte desregulação, principalmente do mercado imobiliário, nos Estados Unidos. Tal constatação revela a postura crítica do Conselho ao receituário que prevaleceu em anos anteriores nos órgãos financeiros internacionais que recomendavam uma

forte liberalização e desregulação às economias periféricas.

O parecer elaborado pelos Conselheiros no Colóquio foi apresentado ao Presidente Lula na 25ª Reunião do Pleno do CDES em 1º de Abril de 2008 no Palácio do Planalto. As reuniões do Pleno são os principais eventos do Conselho, sendo as atividades que contam com o maior número de participantes e onde os temas de interesse geral são expostos e discutidos. Geralmente tais discussões são estimuladas pelos materiais produzidos nos Grupos de trabalho e acompanhamento. Nesse caso, o parecer elaborado no Colóquio foi o documento oficial que sintetizou as primeiras discussões e orientações acerca da crise à Presidência da República.

As reuniões do pleno, como canal oficial entre seus participantes, revelam antes de tudo uma das funções essenciais de um conselho de desenvolvimento em momentos como esse. Nos períodos nos quais o ciclo recessivo se acelera é fundamental que os atores tenham melhores expectativas sobre as ações dos outros. Quando se deparam com uma conjuntura de crise a tendência é que os bancos reduzam o crédito, os empresários parem de investir, a produção caia e o desemprego aumente levando a uma contração da demanda. Nessa dinâmica, é fundamental que os empresários e os trabalhadores tenham uma resposta positiva do governo no sentido de sustentação do crédito e manutenção dos empregos. O conselho pode gerar maior confiança e previsibilidade nas interações entre os setores ali representados para que seja possível desacelerar esse ciclo. Ao ter a garantia da manutenção do crédito, o empresariado torna-se mais confiante em investimentos futuros e mais disposto a acordos de não demissão no período seguinte. Por sua vez, o segmento dos trabalhadores fica menos apreensivo com sua estabilidade e ajuda a manter a produção e a demanda estáveis. Não apenas as ações efetivas do governo são essenciais para esse processo, mas a comunicação das mesmas e a abertura do governo à recepção das demandas dos empresários e trabalhadores tornam possível o sucesso das políticas anticíclicas. Nesse ponto, a existência e o funcionamento efetivo de um conselho como o CDES como arena pública de negociação, disputa e comunicação entre esses atores é um potencializador de estratégias eficazes de combate a crises.

O CLÍMAX DA CRISE

Com a chegada ao clímax da crise com as sucessivas quebras dos bancos norte-americanos a

partir de Setembro, o Conselho decidiu promover um segundo encontro: “Perspectivas de crescimento da economia brasileira e a crise internacional” para debater os novos eventos em 14 de outubro de 2008, contando com a participação do economista Luiz Gonzaga Belluzzo.

O encontro manteve o diagnóstico prévio em relação à forte capacidade da economia brasileira de se proteger da propagação da crise em decorrência da grande integração das economias nacionais. Quanto à gravidade da situação internacional, as quebras dos bancos e as quedas profundas das principais bolsas ao redor do mundo vieram confirmar as previsões mais pessimistas feitas nos encontros anteriores. Tal situação colocou a crise com mais ênfase na agenda pública e expôs a necessidade de se manter as atividades sobre a crise com maior frequência no Conselho.

O debate revelou os primeiros impactos da crise no Brasil com a desvalorização do Real, a retração da liquidez e do crédito e a diminuição do crescimento de alguns setores que apresentavam vigor anteriormente estando diretamente atrelados à demanda internacional. Diante disso, os participantes colocaram a necessidade de promover adaptações nas políticas monetária e fiscal para lidar com uma situação inédita a ser enfrentada com uma ação rápida e eficaz do Estado (CDES, 2013, p.16).

Na moção encaminhada pelo Conselho à Presidência da República foram dadas as seguintes recomendações como ações de emergência para defesa aos primeiros impactos da crise:

1. Intensificar a ação do Banco Central visando à estabilização do câmbio, num nível de equilíbrio, variável fundamental para restaurar o comércio internacional e a previsibilidade para os investimentos privados de médio e longo prazo.
2. Restabelecimento do crédito para as atividades produtivas e o comércio, o que exige uma intervenção mais ativa da autoridade monetária com relação aos bancos públicos e privados.
3. Suspensão do processo de aumento da taxa de juros (Selic) a partir da próxima reunião do Copom.
4. Manutenção da taxa de crescimento dos investimentos públicos, do compromisso com o Programa de Aceleração de Crescimento, com a Política de Desenvolvimento Produtivo e com os Programas Sociais. (CDES, 2008c, p. 1)

A moção foi encaminhada pelo Conselho à Presidência na reunião do Comitê Gestor do CDES com o Presidente Lula. Na reunião uma das principais preocupações foi em relação ao câmbio, um dos primeiros indicadores a reagir à crise e cuja flutuação tem efeito imediato sobre as exportações. O

conselheiro Paulo Godoy, líder empresarial, propôs a criação de um fundo de investimento em participação de dez bilhões de reais para manter os investimentos em infraestrutura de obras já contratadas no setor privado (ASSESSORIA SEDES, 2008).

A postura dos conselheiros e do governo no período revelou a convergência na estratégia para as primeiras ações de combate aos impactos da crise. Os Conselheiros apoiaram as primeiras medidas anunciadas no início do mesmo mês pelo ministro Guido Mantega na reunião do Conselho Político. Foram estas: os empréstimos de curto prazo em leilões de dólares para o sistema bancário, utilização das reservas e swap, redução do compulsório, aumento dos recursos do BNDES, aumento das linhas pré-embarque do BNDES e antecipação dos desembolsos para a safra 2008/09 (ASSESSORIA SEDES, 2008). As ações mais incisivas vieram com a edição em 06 e 21 de Outubro das medidas provisórias 442, que ampliou o poder de intervenção do Banco Central sobre o mercado, e 443 que autorizou o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e a adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil. Tais medidas revelam a necessidade de ampliação do arcabouço legal para garantir a maior intervenção defensiva do Estado em reação aos choques que começavam a surtir efeito sobre a economia nacional. Essas medidas, embora não tenham sido elaboradas diretamente pelo Conselho, foram convergentes à recomendação de maior intervenção no sistema financeiro por parte do Estado.

Outra resposta importante do governo que revelou tal convergência foi a detenção do processo de aumento da taxa Selic na reunião do COPOM no final daquele mesmo mês. O órgão de comunicação oficial da Secretaria de Relações Institucionais a qual o CDES estava subordinado destacou em seu noticiário a ação como um atendimento à orientação dada pelo Conselho:

O Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) decidiu ontem manter a taxa Selic estável em 13,75% ao ano, sem viés. A decisão de paralisar o processo de elevação da Selic atende a uma das sugestões dos conselheiros do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), órgão consultivo da Presidência da República. Na sexta-feira passada (24), os membros do comitê gestor do CDES entregaram ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, uma moção com propostas para enfrentar os efeitos da crise econômica internacional. (ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL SRI/PR, 2008)

Além disso, no mesmo dia foi anunciado pelo Banco Central um acordo com o Federal Reserve

(Banco Central dos Estados Unidos) disponibilizando uma linha de trinta bilhões de dólares para reforçar a política cambial brasileira, uma forte preocupação exposta nos documentos de orientação.

Diante dos fatos graves nos meses de setembro e outubro de 2008 e das demandas apresentadas pelos conselheiros na moção entregue ao presidente no dia 24 de outubro cobrando respostas imediatas do governo para conter a crise, o Presidente Lula pediu a antecipação da reunião seguinte do pleno do CDES para 6 de novembro. O presidente, então, definiu a pauta sobre conjuntura econômica objetivando apresentar a estratégia de combate à crise com ações dos principais órgãos governamentais. Com isso, o governo desejava mostrar disposição para atender de forma rápida as reivindicações apresentadas anteriormente e alcançar um espectro maior de interlocutores nesse processo, já que é o maior evento do Conselho. Essa reunião plenária teve características peculiares devido ao objetivo claro do governo de oferecer um “*feed back*” às demandas oriundas de diversos setores da sociedade e também à velocidade dos efeitos produzidos pela quebra dos bancos internacionais que causava enorme apreensão sobre os eventos futuros. O foco do debate foi apresentar novamente um breve diagnóstico da crise e principalmente expor as ações emergenciais do governo para sua contenção. (ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL SRI/PR, 2008)

Chama atenção a estrutura da reunião na qual se destacam as exposições do núcleo estratégico do governo com o ministro da Fazenda Guido Mantega, a chefe da Casa Civil Dilma Rousseff e o presidente do Banco Central Henrique Meirelles apresentando as ações tomadas em resposta às orientações do conselho e as ações futuras em vista de serem realizadas.

O pronunciamento do ministro Guido Mantega focou-se no diagnóstico do momento seguinte aos choques provocados pela quebra dos bancos nos Estados Unidos. Passado um mês da eclosão da crise, muitas medidas foram tomadas tanto no plano interno como internacionalmente. Mantega colocou que a crise entrava então em uma nova fase após as ações dos governos conterem a onda inicial de quebras no mercado financeiro. O desafio seguinte seria restabelecer o crédito, regulamentar os mercados e conter a recessão que se anunciava. Apresentou a enorme evolução dos juros internacionalmente, o que retraiu a disponibilidade de investimentos ao redor do mundo. Com isso, houve grande desvalorização de moedas, queda nas bolsas e deterioração das contas correntes nos países emergentes. Contudo, destacou os BRICS com as melhores condições de recuperação

nesse cenário. No Brasil, mais especificamente, o ministro destacou os problemas de crédito para empresas e bancos médios e pequenos, perdas de ativos na bolsa, grande flutuação cambial, perdas no mercado de derivativos e grandes prejuízos para a exportação. Como ação emergencial, o ministro apresentou um grande pacote de medidas objetivando garantir maior liquidez ao sistema financeiro iniciando com a redução do compulsório em cem bilhões de reais. Como políticas anticíclicas para o ano seguinte (2009), Mantega anunciou na política monetária a redução do custo financeiro e a retomada da expansão do crédito. Na política fiscal, a manutenção dos investimentos (PAC e Pré-sal), manutenção dos programas sociais e a contenção do crescimento do gasto de custeio. (CDES, 2008d, p. 3-8)

Ao fazer o diagnóstico da situação brasileira, o ministro destacou a maior dinâmica da economia nacional através do maior potencial do mercado interno, as grandes reservas em reais e dólares, o papel cumprido pelos bancos públicos responsáveis por 34% do crédito, as reservas de petróleo e gás, e a eficiente regulação financeira construída nos últimos anos. Expôs também os primeiros sinais de melhora nos mercados domésticos com a recuperação do volume de operações de ACC's, a redução da volatilidade cambial e do IBOVESPA, que vinha apresentando uma forte tendência de queda até outubro. (CDES, 2008d, p. 3-8)

Destaca-se ao final da exposição a projeção, ainda bem otimista, de crescimento de 4% para 2009 em função do impacto da crise. A evolução da mesma acabou gerando impactos mais severos nos meses seguintes, tendo iniciado a recuperação somente no segundo trimestre de 2009, fechando o ano com uma retração de 0,3%. Fica claro como, mesmo após os eventos devastadores do segundo semestre de 2008, nesse momento o governo ainda possuía uma noção limitada dos impactos da crise que acabaram por confirmar algumas das previsões mais pessimistas. As medidas possivelmente contiveram choques externos ainda mais graves, entretanto, o conjunto das políticas anticíclicas colocadas em operação a partir desse momento e no ano seguinte demoraria mais tempo para surtir efeitos positivos mais fortes na economia brasileira. (CDES, 2008d, p. 3-8)

A confiança do governo na manutenção e, posteriormente, na recuperação do crescimento estava fortemente baseada no consumo interno que crescia a 13% em 2008. Esse crescimento derivava de uma das características mais marcantes da gestão Lula que

foi a geração de uma nova classe de consumidores. A chamada “nova classe média” cresceu principalmente com as políticas de valorização do salário mínimo e com a ampliação do crédito. Em conjunto à classe média mais antiga, esse segmento já compunha 50% da população brasileira. Além do consumo interno, o ministro destaca como fatores que permitem o combate à crise os sucessivos superávits primários e as grandes reservas em dólares. Outro fator apontado, que fatalmente sofre os impactos dos choques externos é a exportação. Essa representava em 2008 13% do PIB brasileiro. A estratégia para compensar suas perdas seria a intensificação do crescimento do comércio com os emergentes, menos afetados pela crise, e a substituição das quedas na demanda externa pelo crescimento do consumo interno citado anteriormente. (CDES, 2008d, p. 3 a 8)

Seguindo a mesma linha, outros membros do governo apresentaram ações de reação à crise. Dada a importância crucial do PAC no crescimento do investimento, esse seria fundamental para a recuperação nos anos seguintes. Dessa forma, Dilma Rousseff, então ministra da Casa Civil, foi ao Pleno anunciar a ampliação do programa. Dilma destacou a mudança de postura em comparação a outras crises atravessadas pelo Brasil, não se recorrendo ao FMI através de acordos que levavam a políticas que reduziam os investimentos. Sua fala expôs a mudança na estratégia de combate às crises de origem externa, condicionada pelos fatores que reduziram a vulnerabilidade externa do Brasil nos últimos anos. (CDES, 2008d, p. 12-14) Outro membro do governo que apresentou as ações do seu órgão foi o Presidente do Banco Central Henrique Meirelles anunciando a injeção de 47 bilhões de reais para recuperação do sistema financeiro, garantindo a oferta de dinheiro, especialmente para os bancos pequenos e médios. (CDES, 2008d, p. 11)

As medidas anunciadas pelos membros do governo na plenária foram em sua maior parte muito bem recebidas pelos conselheiros representantes de diversos setores. O Conselheiro Paulo Godoy, membro do Comitê Gestor do CDES, representante empresarial (Presidente da Alupar Investimento S/A e Ex-Presidente da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base – ABDIB) destacou algumas respostas do governo à moção anteriormente encaminhada:

As autoridades monetárias, uma das preocupações que nós colocamos na moção que enviamos a V. Exa. foi a questão do câmbio. Hoje foram mostradas aqui as ações que as autoridades monetárias estão tomando pra estabilizar o câmbio, que é fator fundamental para que nós mantenhamos o fluxo de negócios, possamos

estabelecer preços na economia e possamos continuar as nossas atividades. Outra atividade importante foi fluir a liquidez para o mercado financeiro e proteger o mercado financeiro no Brasil. Nós sabemos muito bem o que é um efeito manada, que pode destruir não só o mercado financeiro mas, na sequência, destruir toda uma economia até então entendida como sólida. Mas precisamos continuar essa ação do crédito. Nós acreditamos que essa questão do crédito é a porta de entrada para a crise tomar outras dimensões na economia brasileira.

Na infra-estrutura não é diferente. Nós temos grandes projetos em andamento, temos uma estrutura de financiamento estabelecida de longo prazo, mas precisamos acudir uma parte da estrutura de crédito que era bancada pelo crédito privado e que agora estamos tendo dificuldade. Por isso apresentamos a V. Exa., no dia 24, a idéia de constituirmos um fundo emergencial, provisório e preventivo, para evitarmos que uma eventual continuidade na escassez de crédito possa contaminar um setor que está sólido, com contratos bem estruturados, e que pode ter problema se nós continuarmos com dificuldade nos créditos complementares à dívida de longo prazo. (CDES, 2008d, p.14,15)

O Conselheiro Armando Monteiro Neto, Presidente da Confederação Nacional da Indústria, alertou para os primeiros impactos dos choques externos nas vendas industriais e destacou o apoio às ações anunciadas pelo governo para proteger o setor:

(...) nós não podemos deixar de reconhecer que nesse contexto, o repertório de medidas que vêm sendo adotadas pelo Governo, sem nenhuma dúvida, representam medidas adequadas no seu conjunto, e que têm sido adotadas de maneira razoavelmente tempestivas. Eu quero registrar esse esforço pra prover liquidez, seja no que diz respeito à oferta de moeda estrangeira, seja em reais, e quero saudar nesse momento, a notícia que o Ministro Guido Mantega nos anuncia de medidas relacionadas com a ampliação de prazo de recolhimento de tributos, que me parece algo extremamente favorável. (CDES, 2008d, p.15,16)

Por parte dos Bancos privados o Conselheiro Fábio Barbosa, Presidente da FEBRABAN expôs a situação do sistema financeiro privado e os efeitos positivos das primeiras medidas implementadas pelo governo:

A propósito, como vimos nas exposições do Ministro Mantega e do Presidente Meirelles, diversas medidas já foram implementadas pelo Governo, boa parte fruto de diálogo com o setor privado. (...) O sistema financeiro vem atuando com responsabilidade em conjunto com o Governo, e tem mantido contatos frequentes com a FIESP, ANFAVEA, ABDIB, bem como com o setor de agricultura e comércio, por meio de um conselho consultivo recém criado na FEBRABAN.

A ação do BACEN, com a liberação de compulsório, tem ajudado muito a aumentar a liquidez e a restabelecer o equilíbrio do mercado. Com leilões de dólares vem compensando parcialmente a escassez

dos financiamentos externos, evitando assim uma desvalorização mais acentuada do real. Essa maior irrigação do sistema está acontecendo em ritmo crescente e dentro de boas normas de gestão de risco que norteiam a atividade financeira. (...)

As soluções propostas estão sendo implementadas e já começam a produzir efeito. Exemplo disso é que mais de 6 bilhões de reais em carteiras de créditos já foram comprados pelos bancos privados. Essas operações complexas envolvem análise de risco, de garantias, envolvem compatibilização de sistemas operacionais e precificação no ambiente de volatilidade. Tudo isso demanda tempo, mas agora flui melhor. Ademais, só nos últimos dias foram liberados quase 7 bilhões de reais de compulsórios dos bancos privados para aplicações em operações interbancárias. (CDES, 2008d, p.17)

Encerrando os discursos dos Conselheiros na reunião, o Presidente da CUT Artur Henrique coloca as preocupações dos trabalhadores no momento de crise, principalmente relacionadas à estabilidade do emprego, o principal elemento de ajuste por parte do empresariado em períodos recessivos:

Para os trabalhadores, o enfretamento dessa crise se passa pela valorização do trabalho, pela ampliação do crédito e pela manutenção dos investimentos, mais e melhores empregos e menos juros, mais crédito para quem quer produzir, para quem quer gerar emprego, e menos juros na especulação ou no controle da inflação, porque ninguém quer a volta da inflação.

Por isso a nossa posição é de que as ações devem ser focadas para a continuidade desse processo de crescimento econômico, com a manutenção e ampliação das políticas públicas e dos programas sociais, a exemplo do PAC, do Bolsa Família, do Territórios da Cidadania, do Programa de Desenvolvimento Produtivo e do desenvolvimento sustentável, com investimentos na produção e no mercado interno, assim como do papel que as centrais sindicais tiveram para garantir o aumento do salário mínimo, a renda e, portanto o consumo das famílias, que fazem com que esse ciclo virtuoso permaneça ativo e positivo na Economia.

No entanto, nós queríamos deixar claro que, se várias das iniciativas que foram tomadas e várias das medidas que vêm sendo anunciadas pelos próprios empregadores também são importantes, nós temos que deixar claro que o centro do debate do enfretamento dessa crise pra classe trabalhadora, é a defesa do emprego. Portanto, a discussão a respeito de enfretamento da crise não pode ser utilizada por alguns setores para num momento como esse aproveitar para demitir trabalhadores ou para fazer rotatividade de mão-de-obra. É fundamental a responsabilidade dos vários setores econômicos nesse momento para manter os empregos, manter a renda, manter o consumo e, portanto, manter a produção para que a gente possa ter essa continuidade. Segundo, é incrível que ainda continuem falando sobre a necessidade de se ter uma austeridade fiscal no momento de crise. Porque nós não somos a favor da irresponsabilidade fiscal, mas também não somos favoráveis a se discutir redução de investimento público e privado, necessário pra manter o papel do Estado como indutor do desenvolvimento num

debate pra enfretamento dessa crise.

Eu fico feliz, Presidente, em saber que o mundo está cheio de keynesianos agora, só agora, mas o mundo está cheio de keynesianos. E num momento como este eu acho fundamental que as responsabilidades de cada setor econômico, inclusive do Legislativo em retirar projetos de flexibilização das condições e das relações de trabalho que estão colocadas no Congresso Nacional, façam parte da implementação do enfretamento dessa crise. Ratificar as Convenções 151 e 158 é papel fundamental pra quem quer harmonizar, democratizar e garantir melhores condições de trabalho e relações de trabalho no nosso país. Muito obrigado. (CDES, 2008d, p.22)

Tais discursos dos Conselheiros revelam como se deu a dinâmica de interação entre governo, empresários e entidades laborais nesse período inicial da crise e que teve o CDES com uma das principais arenas de negociação e troca de informações entre tais setores. Observa-se um nível considerável de consenso entre o governo e os setores produtivos que exerceram forte influência para a adoção de medidas anticíclicas e que agora recebiam respostas mais claras às suas demandas. Nesses discursos observa-se a importância de mecanismos de diálogo social através da dinâmica que se inicia com as demandas apresentadas pelos setores ao governo, como nos documentos de orientação estratégica anteriores, se desenvolve com a criação de medidas que são apresentadas aos representantes dos setores sociais, como na reunião acima exposta, e são avaliadas por estes desde o momento de seu anúncio e ao longo de sua execução. O desenvolvimento desse ciclo de produção e avaliação de políticas é o processo que determina o bom funcionamento desse tipo de mecanismo de participação democrática. Mais adiante o resultado de tais medidas e a avaliação dessa estratégia feita pelos Conselheiros e governo pode ser observado após determinado tempo no qual essas surtem efeito. As medidas de sustentação do crédito, por exemplo, demoram alguns meses para que pudessem ter impacto observável na produção e no consumo, tornando-se perceptíveis ao longo do ano de 2009.

Assim, para o ano de 2009, o Conselho decidiu dar maior regularidade e intensidade às atividades relacionadas à recuperação da crise. No âmbito do Grupo de Acompanhamento de Conjuntura Econômica foram estabelecidas reuniões periódicas de Monitoramento da Crise Internacional. A primeira delas foi agendada para o dia 22 de Janeiro daquele ano. Segundo o termo de referência que deu base às reuniões, os conselheiros do CDES se reuniram periodicamente com os dirigentes dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio Exterior, do Banco Central e da Casa Civil.

Essa primeira reunião ocorreu com representantes da Casa Civil, Ministério da Fazenda, Receita Federal, e Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior que forneceram informações específicas dos seus setores. O debate gerou um documento com as propostas que foram mais consensuais entre os conselheiros e os representantes do governo a serem encaminhadas como orientação direta ao Presidente da República:

Os Conselheiros e Conselheiras do CDES reafirmam:

A importância das medidas, articuladas com Estados e Municípios, para manutenção da atividade econômica, como incentivos às exportações, ampliação de crédito, e desonerações de impostos que incidem sobre o setor produtivo; A necessidade de intensificar a ação do Banco Central visando à estabilização do câmbio, variável fundamental para restaurar o comércio internacional e a previsibilidade para os investimentos privados de médio e longo prazos; A vigilância permanente no sentido de impedir que a economia brasileira sofra qualquer retrocesso em sua trajetória de superação da vulnerabilidade externa; A relevância de fortalecer ações para restabelecimento do crédito destinado às atividades produtivas – a indústria, a agropecuária, os serviços e o comércio – o que exige a intervenção da autoridade monetária com relação aos bancos públicos e privados; A importância de manutenção da taxa de crescimento dos investimentos públicos (União, Estados e Municípios), e do compromisso com o Programa de Aceleração de Crescimento, com a Política de Desenvolvimento Produtivo e com os Programas Sociais; A urgência da aprovação do Projeto de Reforma Tributária e do Projeto de Lei do Cadastro Positivo, que vão gerar efeitos fundamentais de médio e longo prazos, e sinais positivos imediatos para os agentes econômicos.

Os Conselheiros e Conselheiras do CDES também recomendam: Que a proteção do emprego seja um dos critérios necessários às medidas de incentivo às empresas e de acesso ao crédito público. Que se busque o fortalecimento do mercado interno, como fator crucial para o crescimento, com medidas para geração de emprego e renda e consolidação das políticas de valorização do salário mínimo, de transferência de renda e de apoio à pequena e micro empresa. Que seja implementada firme e ágil trajetória de redução da taxa básica de juros, diminuindo o custo do crédito, estimulando o consumo, e contribuindo para criar uma expectativa de investimento, defesa do emprego e da produção nacional. O CDES recomenda que sejam retomadas as reuniões mensais do COPOM, para garantir agilidade na administração da crise. O aprimoramento da governança do Conselho Monetário Nacional, de forma que as decisões da política macroeconômica sejam tomadas em bases mais amplas, absorvendo a sensibilidade dos diversos setores sociais preocupados com o desenvolvimento brasileiro e dispostos a se responsabilizarem por ele. O CDES ressalta a necessidade imperiosa de redução dos spreads bancários dos bancos públicos e privados, e o papel de liderança dos bancos públicos nesse sentido. Uma especial atenção aos investimentos dos Estados e Municípios em infraestrutura e habitação, que geram impactos sobre o emprego, renda e sobre a dinâmica da economia, além dos impactos na qualidade de vida das populações. Que

se busque soluções ágeis para os débitos junto aos contribuintes, tais como os créditos de exportação relativos ao PIS, COFINS e IPI, como oportunidade para o enfrentamento da escassez de recursos para financiamento da produção. Que a implantação das medidas de política fiscal, monetária e creditícia sejam aceleradas e que a efetividade dessas medidas seja permanentemente acompanhada e monitorada. (CDES, 2009a)

Menos de um mês após a primeira reunião foi realizada em 16 de fevereiro a segunda, desta vez, com a cúpula do sistema financeiro público nacional sobre melhores possibilidades de custo e acesso ao crédito. Compareceram a reunião o Presidente do Banco Central Henrique Meirelles, o Presidente do BNDES Luciano Coutinho, a Presidente da Caixa Econômica Maria Fernanda Coelho e o Presidente do Banco do Brasil Antônio Francisco de Lima Neto. Os representantes das instituições financeiras expuseram as medidas implementadas em cada um de seus órgãos e os efeitos esperados em consequência destas. Os Conselheiros do CDES demandaram novas reduções dos juros às pessoas físicas e um crescimento do crédito para a produção e para o consumo. Como já haviam sugerido na última reunião, pediram a periodicidade mensal das reuniões do Copom. Além disso, solicitaram ao BC maior regulação para reduzir o spread bancário e uma nova configuração do Conselho Monetário Nacional incluindo trabalhadores e empresários. (CDES, 2009b, p. 1-2)

Os representantes do Banco do Brasil e da Caixa Econômica interessaram-se pela proposta do Presidente da CUT Artur Henrique Santos de incentivar os trabalhadores a abrir contas nos bancos que oferecessem juros mais baixos para empréstimos pessoais, compra de veículo, entre outros. Essa foi uma das estratégias usadas pelo governo para intervir no sistema financeiro através da atuação competitiva dos bancos públicos disponibilizando um crédito mais acessível à pessoa física. Dessa forma estimularia os bancos privados a diminuir também suas taxas. Para discutir e encaminhar a proposta, em Março, representantes da Caixa Econômica, Banco Central e CUT realizaram nova reunião buscando reduzir os juros para empréstimos e tarifa zero nas operações bancárias dos filiados à entidade. Esse tipo de ação tem um grande impacto na renda desses trabalhadores auxiliando na manutenção da demanda interna que foi uma dos pilares essenciais da estratégia de combate aos efeitos da crise. (CDES, 2009b, p. 2)

Buscando reformular a discussão sobre a Agenda Nacional para o Desenvolvimento, um dos principais documentos de planejamento do CDES produzido

no ano de 2005, a 29ª Reunião Plenária do CDES foi transformada no Primeiro Seminário sobre Desenvolvimento realizado nos dias 5 e 6 de Março em Brasília. Esse seminário foi um dos maiores eventos organizados pelo CDES em seus dez anos de história. Contou com a participação de mais de 800 pessoas evidenciando o grau de importância dada ao tema. Entre essas, se destacaram intelectuais de referência internacional e os principais nomes do governo brasileiro. A proposta do Seminário era iniciar a formulação de um novo padrão de desenvolvimento que se atualizasse à conjuntura de crise sistêmica e identificasse oportunidades para o Brasil nesse cenário de reconfiguração da ordem econômica internacional. Apesar da posição não tão desfavorável na dinâmica da crise, o descolamento da economia brasileira em relação às economias centrais apontado pelo Ministro Guido Mantega e por outros analistas anteriormente não se confirmava. As retrações do crédito e da demanda internacionais se mostravam mais contundentes e necessitavam de respostas mais eficazes e com mais rapidez. (CDES, 2009c)

Para sintetizar o produto dos diálogos realizados no seminário, Ladislau Dowbor, Professor de Economia da PUC de São Paulo, produziu um artigo expondo os principais eixos temáticos que conduziram os debates. Dowbor pauta sua reflexão na constatação de que a fragilização do Estado e dos seus instrumentos de planejamento e regulação por um lado, e a erosão dos mecanismos de mercado e de auto-regulação por outro (o que aponta como uma ficção), gerou uma profunda desarticulação com a perda da governança sistêmica, ao mesmo tempo em que se ampliavam os desafios. Coloca, portanto, seguindo o tom apresentado pelo Presidente Lula na abertura, a crise como um problema de ausência de governança. (CDES, 2009c, p. 60 a 78)

Dowbor resume os temas apresentados no seminário em dez propostas para um planejamento de longo prazo para o enfrentamento dessa crise sistêmica e a construção de um novo modelo de desenvolvimento, são essas: Repensar o paradigma energético-produtivo; Enfrentar o desafio da desigualdade; Resgatar o papel central do Estado; Reorientar o papel do crédito; Assegurar a plena utilização da mão de obra; Dinamizar a economia pela inclusão produtiva; Democratizar o governo; Capitalizar o potencial do desenvolvimento local; Organizar os instrumentos de regulação financeira; e por último, Gerar políticas convergentes em termos econômicos, sociais e ambientais. (CDES, 2009c, p. 60-78)

RECUPERAÇÃO/ DESARTICULAÇÃO

No final do primeiro semestre de 2009 começaram a aparecer os primeiros sinais de recuperação da economia brasileira. O segundo trimestre foi o primeiro após a eclosão da crise a apresentar um crescimento positivo do PIB. Esse crescimento, superior aos registrados nos cinco trimestres anteriores, se deu em consequência das ações implementadas pelo governo, principalmente a sustentação do crédito, em interação com as boas condições apresentadas pela economia nacional anteriormente à crise (BARBOSA e SOUZA, 2010). As expectativas em relação à recuperação da economia brasileira se confirmariam progressivamente nos trimestres seguintes, entretanto se mostraram excessivas quanto à perenidade dos efeitos positivos das medidas implementadas.

A recuperação verificada no segundo trimestre de 2009 e os sinais positivos que se anunciavam no terceiro geraram diagnósticos precipitados por parte do governo brasileiro, assim como por parte do empresariado nacional. Estimulados pela certeza nos bons indicadores da economia brasileira verificados anteriormente à crise que contribuíram para uma contaminação menos profunda do Brasil, e pelo bom poder de reação demonstrado nesse período, alguns atores subestimaram o caráter duradouro e estrutural dessa crise.

Ao completar um ano após a quebra do Lehman Brothers, que se tornou símbolo do clímax da crise em 2008, o governo apressou-se em convocar uma reunião extraordinária do pleno do CDES anunciando o fim da crise econômica para o país. Desde 2003 apenas uma reunião extraordinária havia sido convocada, fato que revela a importância atribuída ao evento e seu conteúdo. A reunião foi marcada precisamente para o dia 15 de Setembro, aniversário da falência do banco norte-americano. Lula revelou a posição do governo em seu discurso: “Nós discutíamos como vencer essa crise e acho que ela está vencida no Brasil; a febre passou, agora não é mais para dar antibiótico, e sim, vitamina.” (ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL SRI/PR, 2009)

Nessa reunião, o ministro da Fazenda e o presidente do Banco Central apresentaram o balanço de um ano de crise destacando a sua superação através do diálogo entre os diferentes atores e implementação das medidas anunciadas no ano anterior. O Conselho expôs os produtos da reunião em seu boletim dando destaque ao diálogo entre os setores da sociedade e

governo:

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, destacou a participação dos diversos segmentos da sociedade representados no CDES durante a fase mais crítica da economia e cumprimentou em especial o “papel relevante” dos conselheiros que também fazem parte do Grupo de Acompanhamento da Crise do Ministério da Fazenda. “A troca de informações e sugestões foi muito importante para o governo e a sociedade”, declarou Mantega. “Hoje é um dia de comemoração; um ano depois da queda do (banco) Lehman Brothers, podemos dizer que o Brasil conseguiu passar por esse período com bastante propriedade; saímos da crise com a cabeça erguida, não destruídos”.

O presidente do BC, Henrique Meirelles, afirmou que o governo agiu rapidamente para manter o crédito, além de reduzir as taxas de juros e produzir estímulos fiscais. “É importante manter as condições para (a economia) continuar a crescer. Para isso, é importante que os empresários também tenham uma ação rápida de voltar a investir.” (ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL SRI/PR, 2009)

Outro discurso que chamou a atenção durante a reunião foi do Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) Armando Monteiro Neto. Este propôs ao Conselho a mudança do nome do Grupo de Acompanhamento da Crise do Ministério da Fazenda, do qual alguns conselheiros também fizeram parte, para Comitê de Competitividade da Economia, mudando dessa forma também o seu caráter e o foco de suas proposições. Apesar de declarar que a crise só estaria superada quando o Brasil retornasse aos níveis de produção do período anterior, essa sugestão aponta como a principal entidade industrial do Brasil também subestimava de forma precoce o caráter duradouro de tal crise (ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL SRI/PR, 2009).³

O Grupo de Monitoramento da crise promoveu ainda em outubro de 2009 a Conferência “Globalização, iniquidades e a crise mundial”, com o economista indiano Amit Bhaduri debatendo desenvolvimento e as perspectivas frente à crise abordando os casos de Índia, Brasil e China. A conferência foi o último evento realizado pelo grupo no ano de 2009 e que só voltaria a promover uma nova atividade em 2012 com a retomada do Grupo de Trabalho sobre Conjuntura Econômica revelando a desarticulação do Conselho em torno do tema após o ano de 2009. Tal desmobilização foi possivelmente condicionada pelos bons resultados apresentados pela economia brasileira no período e pelo aspecto conclusivo acerca da crise no posicionamento do governo no período como exposto na Reunião extraordinária de 15 de Setembro.

CONCLUSÃO

A partir da análise das atividades realizadas pelo Conselho em torno da crise, verifica-se que no período antecedente aos choques provocados pelo sistema financeiro dos EUA, assim como no momento seguinte até o fim do primeiro semestre de 2009, o Conselho funcionou como importante mecanismo de diálogo entre os atores e de formulação de políticas estratégicas para o governo. Nesse período, o CDES, e mais especificamente o Grupo de Monitoramento da Crise, foi um espaço privilegiado de troca de informações entre o governo e as associações empresariais de maior relevância na economia nacional, assim como as principais centrais sindicais. Isso permitiu aos atores uma maior previsibilidade das ações dos demais e também deu maior poder de influência dos atores sobre a formulação de orientações levadas ao governo pelo Conselho. Os documentos de orientação estratégica, assim como as respostas do governo ao Conselho em atividades subsequentes revelam como se deu a dinâmica de produção das políticas de combate à crise que tiveram origem nesse espaço. Além disso, este também funcionou como mecanismo de comunicação das ações do governo para além das políticas elaboradas nas atividades do Conselho, tornando os atores participantes conscientes das mesmas.

Dessa forma, no período em questão o CDES cumpriu em grande parte o papel de promover o diálogo social entre os atores mais relevantes em torno do tema da crise e de produzir orientações ao governo a partir dessa interação. Entretanto, a maior limitação se deu na dissociação entre a formulação de ações emergenciais e o planejamento de longo prazo. Como foi ressaltado no Seminário sobre Desenvolvimento, o caráter estrutural e duradouro da crise exigia a conformação de ações de efeito imediato com a construção de políticas de longo prazo e que objetivassem a construção de um novo modelo de desenvolvimento. O diagnóstico precoce de superação da crise exposto pelo governo na Plenária de 15 de Setembro de 2009 levou à desarticulação das atividades do Conselho sobre o tema impedindo a continuidade do planejamento e um maior aprofundamento e consolidação do mesmo.

REFERÊNCIAS

ASSESSORIA SEDES. “Conselheiros do CDES entregam moção ao Presidente da República” Brasília, 24 de Outubro de 2008. Disponível em: [http://www.cdes.gov.br/noticia/8268/conselheiros-do-cdes-](http://www.cdes.gov.br/noticia/8268/conselheiros-do-cdes-entregam-mocao-ao-presidente-da-republica.html)

[entregam-mocao-ao-presidente-da-republica.html](http://www.cdes.gov.br/noticia/8268/conselheiros-do-cdes-entregam-mocao-ao-presidente-da-republica.html), Acesso em 10/6/2014.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL SRI/PR. “Conselheiros do CDES apóiam suspensão de alta dos juros”. 30 de Outubro de 2008. Disponível em: <http://www.cdes.gov.br/noticia/8329/conselheiros-do-cdes-apoiam-suspensao-de-alta-dos-juros.html>, Acesso em 10/6/2014.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL SRI/PR. “Em Reunião Extraordinária do CDES Presidente Lula diz que Brasil venceu a crise” 16 DE SETEMBRO DE 2009. Disponível em: <http://www.cdes.gov.br/noticia/11209/em-reuniao-extraordinaria-do-cdes-presidente-lula-diz-que-brasil-venceu-a-crise.html>, Acesso em 10/6/2014.

ASSESSORIA SEDES Em reunião extraordinária, plenário do CDES comemora fim da crise 15 DE SETEMBRO DE 2009, disponível em <http://www.cdes.gov.br/noticia/11190/em-reuniao-extraordinaria-plenario-do-cdes-comemora-fim-da-crise.html>

BARBOSA, Nelson; SOUZA, José Antônio Pereira. “A inflexão do governo Lula: Política econômica, crescimento e distribuição de renda”, 2011.

BOSCHI, Renato. “Instituições, trajetórias e desenvolvimento: Uma discussão a partir da América Latina. In: Boschi, Renato (org). **Variedades de capitalismo, política e desenvolvimento na América Latina**. Belo Horizonte, UFMG, 2011.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada: a estratégia de desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Unesp, 2004.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. “Parecer do Colóquio: Perspectivas de crescimento da economia brasileira e a crise internacional”. Brasília, 13 de março de 2008.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (CDES). “Ata da 25ª Reunião do Pleno”. Brasília/DF, dia 01 de abril de 2008.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (CDES). “Trajetória do debate no CDES sobre a crise internacional”. 2. ed. – Brasília: CDES, 2013.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO

ECONÔMICO E SOCIAL (CDES). “Moção ao Presidente da República sobre os efeitos da crise econômica internacional”. Brasília, 14 de outubro de 2008

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (CDES). “Ata da 28ª Reunião Ordinária do Pleno”. Brasília/DF, 06 de novembro de 2008

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (CDES). “Nota do CDES sobre a crise econômica internacional”. Brasília, 22 de janeiro de 2009

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (CDES) “Memória do IV Encontro GA Conjuntura Econômica”. Brasília, 16 de Fevereiro de 2009

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (CDES) “Relatório do I Seminário Internacional sobre Desenvolvimento”. Brasília, 5 e 6 de Março, 2009.

DINIZ, Eli. Depois do Neoliberalismo: rediscutindo a articulação Estado e desenvolvimento no novo milênio. In: Boschi, Renato (org). **Variedades de capitalismo, política e desenvolvimento na América Latina**. UFMG. Belo Horizonte, 2011.

EVANS, Peter. In **search of the 21st century developmental state**, Centre for Global Political Economy, University of Sussex, Brighton, UK, 2008.

_____. **Autonomia e parceria: Estados e transformação industrial**. Rio de Janeiro, UFRJ, 2004.

GOMES, Eduardo R.; GAITÁN, Flávio. “Del siglo del corporativismo a las estrategias de concertación. El diálogo social em América Latina.” Trabajo preparado para su presentación en el VI Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, Quito, 2012.

RIBEIRO, Daniela de Franco M. “A construção institucional do CDES: uma dinâmica favorável ao desenvolvimento”? Trabalho apresentado no 7º Encontro da ABCP, Recife, 2009.

WEISS, Linda. “A volta do Estado: aprendendo com os BIC? O estado de transformação, volta, renovação ou redescoberta?” **Desenvolvimento em Debate**, vol. 2, n.1, 2011.

NOTAS

1 A pesquisa com base na qual o artigo foi escrito faz parte do projeto “Desafios e limites para a coordenação do capitalismo na América Latina: tripartismo, Estado e desenvolvimento no México e no Brasil”, apoiado pelo CNPq por meio do Edital Universal (2012).

2 De acordo com o autor, o Brasil e a Índia seriam casos intermediários, logrando desenvolver segmentos específicos da indústria, graças à existência de bolsões de excelência na burocracia estatal, a despeito do quadro geral desfavorável. Em contraste, o autor apresenta ainda casos em que prevaleceu um “Estado predatório”, nos quais as elites governamentais privilegiaram a apropriação privada dos recursos públicos, citando o caso do antigo Zaire (EVANS, 2004).

3 Essa mudança de fato ocorreu em Outubro, passando o grupo a se chamar Grupo de Avanço à Competitividade cuidando especificamente do incentivo às exportações. (O Globo, 21/10/2009).